



PARECER PRÉVIO Nº 13/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10965/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tonantins.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Simeão Garcia do Nascimento - Prefeito Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5363/2016-MPC-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 2029/2034).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tonantins. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 9.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Tonantins de responsabilidade do Senhor Simeão Garcia do Nascimento, referente ao exercício de 2014, nos termos do art 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal de 1988 c/c art. 127 da Constituição do Estado, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91 e art. 1º, inciso I e art. 29 da Lei nº 2423/96 c/c art. 11, inciso II do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.

- 10- **Ata:** 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 21 de Março de 2017.
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 13/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº13/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10965/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tonantins.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Simeão Garcia do Nascimento – Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5363/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas(2029/2034).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tonantins. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Encaminhamento. Notificação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Tonantins de responsabilidade do senhor Simeão Garcia do Nascimento, Prefeito Municipal e ordenador de despesas, exercício 2014, conforme o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c” c/c art. 25 da Lei nº 2423/96, levando em consideração as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas;
- 9.2. **Considerar em Alcance** o senhor **Simeão Garcia do Nascimento** no valor de **R\$ 4.613.036,73 (quatro milhões, seiscentos e treze mil, trinta e seis reais e setenta e três centavos)** que devem ser recolhidos na esfera Municipal, Prefeitura Municipal de Tonantins, conforme explicitado na Notificação nº 02/2015 às fls. 604/608, no Parecer Ministerial às fls. 2029/2034 e no Relatório/Voto às fls. 2035/2045, nos termos do inciso I, do art. 304 e seguintes do Regimento Interno do TCE, devendo o recolhimento ser feito no prazo de 30 dias;



ACÓRDÃO Nº13/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 9.3. **Aplicar Multa** ao senhor **Simeão Garcia do Nascimento** no valor de **R\$ 43.841,28 (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual, Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do art. 54, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002, haja vista as impropriedades não sanadas delimitadas nos *itens*: 22.2, 22.4, 22.5, 22.6 e 22.10, todos praticados com grave infração às normas legais, devendo o recolhimento ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, inciso III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173 da Resolução nº 04/2002;
- 9.4. **Aplicar Multa** ao senhor **Simeão Garcia do Nascimento** no valor de **R\$ 21.920,64 (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual, Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002, face as restrições dispostas nos *itens*: 22.7, 22.8 e 22.9, configurando desta forma ato de gestão ilegítimo resultando dano ao cofre daquele município, devendo o recolhimento ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, inciso III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173 da Resolução nº 04/2002;
- 9.5. **Aplicar Multa** ao senhor **Simeão Garcia do Nascimento** no valor de **R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos)**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual, Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, em razão das irregularidades aponstadas nos *itens* 22.1 e 22.3, por descumprimento no encaminhamento de todos os bimestres do Sistema GEFIS, nos termos do art. 54, inciso II, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, devendo o recolhimento ser feito no prazo de 30 dias, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, inciso III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não



ACÓRDÃO Nº13/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 13/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art. 173 da Resolução nº 04/2002;

9.6. Encaminhar, por determinação do art. 1º, inciso XXIV, da Lei nº 2423/1996, ao Ministério Público Estadual, em razão das diversas irregularidades constatadas e não sanadas, caracterizando indícios fortíssimos de atos de improbidade administrativa (art. 10, incisos VII e X, da Lei nº 8429/1992), cópia das peças principais deste processo;

9.7. Notificar o senhor Simeão Garcia do Nascimento com cópia do Parecer Ministerial, do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e para, querendo, apresentar o devido recurso.

10- Ata: 7ª Pauta Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em substituição

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral